

uns e outros reduzem a relação indivíduo-sociedade a uma primazia lógica e ontológica do primeiro em face do segundo. Tal como na história do ovo e da galinha, a questão parece insolúvel, e desconhecemos mesmo se será uma dúvida pertinente ou, mesmo, razoável. Os individualistas metodológicos, pese embora Boudon, pelos princípios que enuncia, poder ser considerado mais um interaccionista metodológico do que um individualista, não escudem a sua predilecção pela afirmação de que o indivíduo é irreduzível à sociedade e que cada indivíduo constitui um átomo lógico que está, com as suas estratégias e racionalidades, na base de qualquer fenómeno social.

É evidente que só os individualistas mais radicais irão ao ponto de negar por completo a existência e o papel de algum condicionamento/constrangimento das estruturas sociais. No entanto, e retomando o velho debate entre nominalistas e realistas, eles negam por completo a última tese e mostram-se, no mínimo, apreciadores da primeira. A sociedade, as estruturas e as organizações existem e têm um determinado poder de constrangimento, mas tal fica exclusivamente a dever-se às chamadas propriedades emergentes. É dos fenómenos de interacção que, por agregação, surgem todas as formas estruturais da vida social. Assim, e em última análise, todos os fenómenos macro resultam da agregação de fenómenos micro, e a macrosociologia individualista terá sempre de repousar em determinados critérios para a agregação do que permanece ao nível ínfimo do mundo social. Esta é a razão pela qual o IM conquistou uma certa notoriedade ao longo dos anos 80, período esse que marcou o protagonismo de um debate encarniçado no terreno da sociologia: o debate micro-macro.

Na medida em que este debate ocupou uma parte importante dos teóricos mais destacados da sociologia dos anos 80, sendo de considerar que mesmo aqueles que pareciam permanecer mais à margem do debate acabaram por participar dele, não é de estranhar que os autores do IM, que apresentavam uma solução para o problema que era simultaneamente simples e elegante, se tivessem afirmado como importantes actores nesta cena sociológica.

## O Individualismo Metodológico de Raymond Boudon

Nascido em 1934, o sociólogo francês Raymond Boudon é, actualmente, um dos mais destacados autores da Sociologia das Escolhas Racionais. A sua obra está marcada, numa primeira fase, por uma grande, preocupação metodológica à qual não é alheia a colaboração com o norte-americano Paul Lazarsfeld. A partir de meados da década de 70, existe uma certa inflexão na produção de Boudon, que se orienta progressivamente para a construção e sistematização de uma sociologia marcada pelo IM.

Boudon aprecia os paradoxos e as situações ambíguas, não sendo por isso de estranhar que a sua obra de introdução à sociologia abra com uma *boutade* de Aron (Boudon, 1979b: 13), segundo a qual os sociólogos só estão de acordo a respeito de uma coisa: a dificuldade em definir o que é a sociologia. Esta afirmação de Boudon permite-lhe reforçar a ideia de que a

sociologia se move num terreno pantanoso e excessivamente heterogéneo, sendo difícil discernir o que há de comum entre todas as investigações tidas como sociológicas e que oscilam entre temas do quotidiano, análises de autores do virar do século ou discussões em torno de problemas educacionais ou políticos. A heterogeneidade conduz a listagens mais ou menos exaustivas de temas que são estudados pela disciplina, mas esse esforço não contribui nada para a explicação do que é verdadeiramente a sociologia.

Em resposta a esta zona cinzenta, Boudon vai avançar com uma hipótese que encontra num dos pais fundadores da sua área científica: Vilfredo Pareto. A partir da distinção básica entre acções lógicas (racionais) e acções não lógicas e respectiva diferenciação disciplinar — a economia abordaria o lógico, e a sociologia, o não lógico —, Boudon avança com uma consideração que para si é essencial e segundo a qual uma das preocupações que domina (ou deverá dominar) a sociologia é «analisar e explicar as acções e, em termos mais gerais, os comportamentos que dão ao observador a sensação de irracionalidade» (Boudon, 1979b: 15). Aqui se expressa até que ponto o projecto da sociologia de Boudon é um projecto de uma sociologia dos paradoxos. O que lhe interessa não são os fenómenos que todos catalogarão como racionais ou, diríamos nós, normais; importam-lhe, sim, aqueles que todos acham estranhos ou, mesmo, irracionais para, a partir daí, avançar com uma explicação alternativa, simples, elegante e profunda, que permita provar que existe um fundamento de racionalidade na escolha de acção daquele elemento que todos se mostravam inclinados a considerar irracional. Mas Boudon tem bem consciência da fraqueza e das dificuldades desta definição de herança paretiana: ela é ambígua e, ao mesmo tempo, lança a disciplina no pantanal sem fim das discussões em torno da irracionalidade.

Para ultrapassar o impasse, Boudon recorda a chamada fábula de John Buridan, na qual um burro colocado a igual distância de dois sacos de aveia do mesmo volume e que contêm cereal com as mesmas características e com o mesmo odor não consegue ter uma boa razão para escolher um em vez do outro, fica incapaz de decidir, hesita constantemente e acaba por morrer de fome. A irracionalidade deste comportamento é aqui definida por um critério muito simples: é irracional todo o comportamento que é contrário às intenções do protagonista. Este comportamento teria sido evitado se o burro tivesse ou uma superstição ou uma tendência que o levasse a optar por um dos sacos em detrimento do outro. Com base neste exemplo, Boudon questiona-se: «poderemos classificar como racional um comportamento que produz efeitos não desejados no longo prazo?» (Boudon, 1979b: 16). Nesta questão recursiva estão presentes dois elementos interessantes da análise de Boudon: por um lado a sua herança mertoniana relativa aos efeitos não intencionais de uma acção humana (que serão desenvolvidos na sua obra *Efeitos Perversos e Ordem Social*), e, por outro, a ideia do comportamento estratégico dos actores sociais.

A parábola do burro, de Buridan, ilustra uma situação em que a superstição, longe de ser um elemento de irracionalidade, é a própria chave de um comportamento racional (no

sentido de um actor cumprir ou realizar os seus objectivos iniciais). Esta parábola é paradigmática de todas as situações em que estão presentes ambiguidades ou armadilhas de acção e onde se criam situações paradoxais ou de *catch 22*. Por vezes, a única forma de ultrapassar os impasses da acção são situações estranhas que obrigam a uma total recomposição das componentes da acção. Para exemplificar esta situação, Boudon vai uma vez mais fazer apelo aos seus casos ilustrativos. Imagine-se um condutor que é um grande fumador e que tem uma avaria no seu carro. Ao fim de duas horas consegue arranjar a viatura e arrancar, mas a excitação e o nervosismo levaram-no a consumir ainda mais tabaco do que o normal. Este excesso de consumo provocou-lhe problemas de garganta, que o levam a abandonar este consumo, o que nunca tinha conseguido com estratégias mais ou menos racionais. Estes exemplos simples permitem chegar à conclusão de que o modelo do racional precisa de ser complementado pelo da irracionalidade, mas que as fronteiras entre as duas esferas são muito mais complexas do que poderíamos imaginar.

Também as acções tidas como tradicionais, rituais ou, ainda, emocionais, são não lógicas porque escapam ao esquema meios-fins. Existem, no entanto, situações em que abandonar um objectivo é mais custoso do que continuar a alimentá-lo, mesmo sabendo que a sua busca é desesperada. O esquema paretiano das acções não lógicas permite, pois, a Boudon o esboçar da sua teoria das acções complexas, isto é, acções que dão ao observador a impressão ou de que o actor se apoia em princípios absurdos (o burro de Buridan que prefere a direita à esquerda), ou que ele busca fins que não deseja (Boudon, 1979b: 18–19). Para Boudon há que ir um pouco mais longe do que Pareto e afirmar que a racionalidade não pode ser definida em geral, antes tendo de ser integrada num contexto de acção ou de interacção particulares. O apelo paretiano tem ainda um outro objectivo, que é o de chamar a atenção para o facto de que aquilo que parece opaco e incompreensível numa primeira leitura se revela perfeitamente inteligível desde que sejamos capazes de conhecer o quadro de interacção. A teoria complexa da acção de Boudon busca então mais do que a racionalidade, ela busca, sim, descobrir aquilo que poderíamos chamar (seguindo o autor) as boas razões para que num contexto *x* um actor *y* se comporte da forma *z*. É evidente que a definição ampla daquilo que se considera ser as boas razões que levam um determinado indivíduo a comportar-se de uma certa forma abre as portas a atribuirmos a caracterização de «racional», a toda e qualquer acção, independentemente da sua natureza e características.

O problema fulcral da racionalidade em Boudon e em qualquer outro individualista metodológico é sempre o mesmo: desde que recuemos o suficiente na nossa cadeia causal, teremos a capacidade de encontrar um esboço de racionalidade no comportamento de quem quer que seja. A partir das suas considerações iniciais sobre Pareto, Weber e Durkheim, Boudon julga encontrar um «acordo fundamental», sobre a natureza e os princípios da sociologia (*ver caixa — As Três Proposições do Individualismo Metodológico de Boudon*).

### As três proposições do Individualismo Metodológico de Boudon

*Proposição 1:* Os fenómenos que interessam o sociólogo são concebidos como explicáveis pela estrutura do sistema de interacção, no interior do qual estes fenómenos emergem.

*Proposição 2:* O átomo lógico da análise sociológica é o actor (ou agente) individual, podem ser considerados actores pessoais ou unidades colectivas munidas de um poder de acção colectiva (empresas ou Estado). Este actor não age num vazio institucional e social, e a sua acção desenrola-se num contexto de constrangimentos *contraintes* que devem ser entendidas como dados que se lhe impõem mas que não determinam o seu comportamento.

*Proposição 3:* A sociologia deve utilizar esquemas de análise da acção individual mais complexos que os utilizados pelos economistas. Os sociólogos preocupam-se com as *shadow motivations*: elementos de decisão não racionais que permitem a ultrapassagem de impasses em situações semelhantes à da parábola do burro de Buridan.

Adaptado de Boudon (1979b: 33).

### A Boudonização dos clássicos: Três exemplos

São raros os textos de Boudon em que não somos confrontados com comentários ou reinterpretações das obras dos principais clássicos da sociologia. Se, durante anos, a leitura dominante das obras de Durkheim, Weber ou Pareto havia sido dada pelo Parsons da *Estrutura da Acção Social*, o propósito de Boudon não é menos ambicioso: considerar as obras de autores tão diversos como Weber, Durkheim, Simmel, Pareto, Sombart, Tocqueville ou, mesmo, Rousseau sob a luz dos princípios do IM. A reinterpretação dos clássicos elaborada por Boudon pretende sempre chegar à mesma conclusão, ou seja, que a formulação desses autores é não só totalmente compatível com os princípios do IM, tal como eles são formulados por si, mas, e muito mais importante, que eles sempre se revelaram individualistas metodológicos e que o IM, em boa verdade, é a metodologia por excelência da sociologia. Como Boudon afirma:

O fenómeno a explicar deduz-se do sistema de interacção descrito pelo modelo. Os átomos lógicos da análise são constituídos por indivíduos activos que pretendem atingir certos objectivos no contexto do sistema de interacção do qual fazem parte. A racionalidade dos agentes sociais é de tipo *complexo*: assim, a sua estimativa do valor das estratégias alternativas depende parcialmente de *crenças* mais ou menos solidamente fundadas (Boudon, 1979b: 43).

Exemplificaremos este esforço a partir das leituras que Boudon faz de Rousseau, Durkheim e Merton.

### Rousseau e o Dilema do Prisioneiro

Dois homens selvagens, egoístas, hedonistas, racionais, decidem mudar o seu menu, habitualmente composto por lebre, e partir para a caça ao veado. Ainda que estejamos numa sociedade de abundância, supõe-se que um homem selvagem não possa, sozinho, caçar um veado. Os dois caçadores, chegando a acordo sobre o seu objectivo e sendo suficientemente racionais para conhecerem os meios próprios para o atingir metem mãos à obra. Mas, como o sentimento de lealdade é suposto não existir segundo a axiomatica do homem selvagem adoptada por Rousseau, o empreendimento de caça falha: com efeito, o primeiro dos dois selvagens que vê passar uma lebre abandona a perseguição. Assim, apesar da clareza do objectivo que eles fixaram e apesar da sua racionalidade, ainda que a natureza não restrinja os bens que estão à sua disposição e mesmo na ausência de hostilidade de um em relação ao outro, os dois selvagens são incapazes de realizar o seu objectivo. A análise faz surgir um efeito perverso com uma pureza didáctica. O corolário do teorema de Rousseau é evidentemente que, mesmo em condições óptimas, a cooperação supõe a lealdade (Boudon, 1977: 21).

Este exemplo tirado do *Discurso sobre a Origem e Fundamento da Desigualdade entre os Homens* é, para Boudon, a pedra-de-toque da teoria rousseauiana do Contrato Social e pode evidentemente ser formalizado através de uma matriz de teoria dos jogos. Segundo Boudon, a eliminação dos efeitos perversos engendrados pelo estado de natureza é obtida pela introdução do constrangimento, nos casos onde é pouco previsível que a lealdade apareça de uma forma mais ou menos espontânea. É evidente que esta reconceptualização que Boudon faz da obra de Rousseau se poderia ainda fazer com mais propriedade em relação às teses contratualistas de Hobbes. A formulação do modelo de Rousseau em termos de teoria dos jogos é de uma enorme facilidade. Imagine-se que, para cada um dos dois caçadores, a lebre tem um valor de 2 e que uma metade de veado tem um valor de 3. Cada um dos dois actores tem duas estratégias possíveis: cooperar ou não cooperar.

A matriz de resultados é perfeitamente simétrica e identifica que a situação de maior ganho para qualquer dos caçadores é a que resulta da cooperação na caça ao veado (o algarismo antes da vírgula representa o *payoff* do actor I, e o algarismo depois da vírgula expressa o *payoff* do actor II). Se ambos forem não cooperantes, então cada um caçará a sua lebre, com um resultado de 2. No caso de um desertar e de o outro se manter fiel à cooperação, o cooperante terá um ganho de 0 (uma vez que é impossível caçar um veado sozinho, enquanto o elemento que deserta acabará por caçar a lebre). No entanto, e embora a op-

ção de cooperação recíproca parece ser a mais vantajosa, levanta-se um problema: como ter a certeza de que o outro vai cumprir o que foi combinado e cooperar? Assumindo que cada um dos caçadores vai atribuir uma probabilidade semelhante às possibilidades de cooperação e de não cooperação por parte do seu parceiro de relação, iremos ter uma esperança de ganhos ligeiramente diferenciada. Assim, o actor I tem uma esperança de ganho de  $(3 \times 0,5) + (0 \times 0,5) = 1,5$  no caso de escolher a estratégia de cooperação, e tem uma esperança de ganho de  $(2 \times 0,5) + (2 \times 0,5) = 2$  no caso de optar pela via da não cooperação. O mesmo é válido para o segundo actor.

|         |                | Actor II   |                |
|---------|----------------|------------|----------------|
|         |                | Cooperação | Não Cooperação |
| Actor I | Cooperação     | 3,3        | 0,2            |
|         | Não cooperação | 2,0        | 2,2            |

Boudon, 1977: 22.

Esta análise de Boudon só é lícita para determinados valores atribuíveis à lebre e ao veado. Se os valores fossem mais diferenciados, as conclusões seriam bem diferentes e Boudon tem consciência disso. Para ele, o exemplo pretende apenas deixar bem claro que, em determinadas condições, e mesmo com actores friamente racionais, se pode obter um resultado que é inferior ao esperado e desejado por cada um dos participantes. Uma das formas de ultrapassar a situação é criar um mecanismo de penalização e sancionamento da estratégia não cooperativa. A este nível, a análise de Boudon é extremamente semelhante à de Robert Axelrod quando analisa os acordos informais que se desenvolvem nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial entre os exércitos alemães e aliados (ver pp. 277–281, neste Capítulo). O exemplo aqui dado por Boudon não é outro senão o conhecido dilema do prisioneiro (*ver caixa — O que é o Dilema do Prisioneiro?*), que se constitui como uma pedra angular de bom número de exposições dos autores da RCT. «Em resumo: a análise de Rousseau demonstra que uma mudança social fundamental, isto é, a institucionalização do constrangimento, pode resultar dos efeitos perversos gerados pelo estado de natureza, ou seja, por situações onde cada um pode agir à sua maneira» (Boudon, 1977: 23).

### O que é o Dilema do Prisioneiro?

Imaginemos dois indivíduos que são acusados de um assalto que levaram a cabo conjuntamente, mas para o qual não existem provas suficientes para uma condenação. As autoridades apenas possuem elementos bastantes para os condenar por um delito menor cometido alguns meses antes. A polícia resolve então interrogá-los separadamente, de modo a impe-

dir qualquer tipo de comunicação entre eles e a evitar qualquer forma de conluio ou acordo que pudessem vir a celebrar. No interrogatório geram-se várias alternativas para os dois presos, alternativas essas que se podem formalizar em quatro situações diferenciadas. Assim, se ambos se recusarem a confessar o crime grave que cometeram, serão condenados pelo crime mais leve, o que lhes dará uma pena de apenas 1 ano. No caso de ambos confessarem o crime, o seu bom comportamento e a sua colaboração com as autoridades conduzirão à redução da pena de 20 para 10 anos. A terceira e a quarta situações são simétricas e resultam da incriminação de um sujeito pelo outro. O que incrimina sai em liberdade e o acusado é condenado a 20 anos de prisão. A matriz seguinte demonstra os cálculos feitos por cada um dos protagonistas.

|         |              | Preso II     |          |
|---------|--------------|--------------|----------|
|         |              | Não Confessa | Confessa |
| Preso I | Não Confessa | 1,1          | 20,0     |
|         | Confessa     | 0,20         | 10,10    |

Este exemplo ilustra bem que é do interesse de cada um dos dois, considerados individualmente, confessar o crime. Na verdade, ao confessar-se ou se obtém uma pena de 0 anos (no caso de o outro não confessar) ou se obtém uma pena de 10 anos (no caso do outro também confessar). A não confissão é arriscada porque ignoramos o que o outro vai fazer e, no limite, pode valer-nos 20 anos de prisão. A matriz deste dilema subentende uma equivalência entre não confissão e cooperação ou confiança, e entre confissão e não cooperação ou desconfiança. A partir do momento em que os dois presos se deixam conduzir pelo seu interesse próprio e pelo seu cálculo racional, acabarão por ser condenados a 10 anos de prisão, quando a não confissão dupla lhes teria poupado nove anos de cadeia. O dilema do prisioneiro traduz bem como a cooperação é uma construção difícil e a confiança é um activo custoso mas que conduz aos melhores resultados em termos de interacções sociais repetidas. ■

### Anomia e lotaria

A ideia segundo a qual a sociologia é a ciência dos determinismos sociais obedece em grande medida a uma tradição durkheimiana. Não foi Durkheim o autor que levou ao extremo o posicionamento epistemológico realista, chegando ao ponto de afirmar que o suicídio, fenómeno que aparentemente era o protótipo de uma escolha individual, era inequivocamente um fenómeno social? Mas é aqui que Boudon, num *tour de force* brilhante, vai conseguir







## Merton e o racismo em meios operários

O último exemplo de reinterpretação individualista de uma construção sociológica que aqui apresentamos apoia-se no conceito de *self-fulfilling prophecy* criado por Merton. Assim, para explicar o porquê do racismo em relação aos negros no contexto dos sindicatos americanos nas primeiras décadas deste século, Merton salienta que existe a previsão de que os negros recentemente chegados do Sul não têm espírito de disciplina e não estão habituados a manter uma relação de solidariedade com os seus colegas do sindicato, o que os predispõe a serem fura-greves e a comportarem-se como «amarelos». Sendo isto verdade, a única alternativa é impedir a sua sindicalização. Na verdade, esta definição da situação implica a criação real daquilo que fora previsto. Uma vez que por alturas da Primeira Guerra Mundial, e num contexto de greves generalizadas, os negros se vêm sem trabalho e rejeitados pelos sindicatos, os patrões recorrem exactamente àqueles que não têm trabalho e que não são sindicalizados. Deste modo, a previsão inicial cria as condições da própria emergência dos factos que haviam sido previstos. Os sindicatos, ao excluírem os negros da sindicalização, criaram os próprios mecanismos pelos quais, em momento de greves sucessivas, os patrões poderiam recorrer livremente à única força de trabalho que estava verdadeiramente fora do jogo das relações industriais vigentes na época. Este é o claro exemplo de um sistema apoiado num efeito cumulativo e de *overshooting* que aprofundaremos adiante.

## Os sistemas de interacção

No quadro do vocabulário de Boudon, a distinção entre sistemas de interacção funcionais e de interdependência ocupa lugar de destaque. Os primeiros têm como elemento fulcral o conceito de papel social e podem dividir-se em papéis sociais definidos exogenamente ou papéis sociais definidos endogenamente. Quanto aos sistemas de interdependência, eles dependem não do conceito de papel social, mas sim dos jogos estratégicos pouco definidos que se desenvolvem entre os actores sociais colocados em situações contingentes e de ajustamento estratégico. Os sistemas de interacção nem sempre são facilmente desmontados nas suas componentes funcionais e de interdependência, ou seja, nem sempre as fronteiras entre eles são claramente marcadas, Boudon aconselha-nos a tomar esta distinção no sentido de dois tipos-ideais weberianos. Os papéis sociais, para Boudon, nunca estão totalmente prescritos, e os actores possuem uma grande latitude de escolhas, sendo de considerar que cada um dos actores sociais, mesmo que obedecendo às normas básicas que balizam o seu papel social, faz um uso estratégico das liberdades que lhe são concedidas para tentar cumprir os seus objectivos.

A autonomia dos actores não deriva só da latitude de interpretação das mesmas. Uma segunda razão reside no facto de as normas que orientam os vários papéis sociais serem parcialmente contraditórias e ambíguas. Uma terceira fonte de autonomia dos actores é

dada pela existência de subpapéis sociais. A quarta fonte deriva do desempenho, por cada um, de múltiplos papéis sociais (Boudon, 1979b: 70-71). Assim, a variância dos papéis, a ambivalência das normas que definem os papéis, o carácter composto de diversos papéis e as interferências entre papéis são os quatro elementos essenciais a que os sociólogos devem prestar atenção no estudo dos sistemas funcionais.

Independentemente do grau de definição de um papel social, permanece sempre um espaço real para o comportamento intencional do actor social e para o desenvolvimento de jogos estratégicos entre os diferentes participantes de um sistema de interacção deste tipo. Estes jogos desenvolvem-se num contexto de incerteza que resulta não só dos quatro elementos atrás referidos, mas também das falhas de informação e do comportamento estratégico dos restantes actores sociais que conosco interagem.

Com base nesta sua reinterpretação dos sistemas funcionais, que estabelece uma crítica acutilante às interpretações rigidificantes do conceito de papel social que são dadas pela maioria dos autores estruturo-funcionalistas, Boudon apresenta um dos exemplos mais ilustrativos de toda a sua gama, uma vez que encerra, em si, vários dos elementos típicos do seu IM. **A partir do exemplo da crise do sistema universitário americano nos anos 60, Boudon elabora uma análise que destaca a razão pela qual encontramos dados contra-intuitivos.** Por que é que a crise e a contestação são mais fortes nas universidades que gozam de maior prestígio e que contam com os professores de maior reputação no mundo universitário americano? Boudon vai rejeitar a hipótese *ad hoc* (evidente), segundo a qual a contestação seria maior nas universidades mais prestigiadas porque os estudantes aí presentes seriam de condição social superior e, por isso, estariam mais conscientes da sua situação. A explicação usada é mais subtil e mais elegante do que as explicações dadas quer por questões de consciência, ou de classe, quer por razões de ajustamento entre baixas exigências e baixa qualidade [o que poderia ser uma razão perfilhada por um individualista, na medida em que faz lembrar os problemas de degradação de qualidade que estão ilustrados por Hirschman (s. d.) no seu *Exit, Voice and Loyalty*].

Para Boudon, a raiz do problema reside no facto de os docentes universitários acumularem duas funções, ou, em termos mais sociológicos, desempenharem em simultâneo dois papéis sociais: o ensino e a investigação, isto é, a transmissão de saber e a sua produção. Uma vez que existem duas pressões contraditórias no seio deste jogo de papéis e considerando que o actor tem uma certa liberdade para estabelecer a dosagem entre eles e que o desempenho da carreira universitária (um constrangimento deste sistema funcional) implica que as promoções e o prestígio de cada um dos docentes depende mais do seu empenhamento na produção científica do que na aposta pedagógica, não é de estranhar que as universidades que mais competem por ter os professores de maior nome (de maior volume de produção científica) sejam aquelas que apresentam um corpo de docentes com menor preocupação e investimento pedagógico e onde a degradação da qualidade das aulas é mais evidente. Este

facto, cruzado com a existência de alunos com um sistema de expectativas mais elevado, implica que seja óbvia a razão pela qual os protestos são mais pronunciados nas universidades de maior reputação. Parte da explicação deste esquema que Boudon retira de Merton reside no facto de o prestígio da docência ser de validade local, enquanto o prestígio da investigação é tipicamente universal. Por outro lado, as boas universidades pretendem sempre recrutar não aqueles que gozam de um prestígio local, mas exactamente aqueles que usufruem do prestígio universal. Desta forma, e através de uma verificação contra-intuitiva, Boudon oferece-nos um esquema explicativo onde estão presentes o comportamento racional de todos os participantes de acordo com um sistema de interacção funcional com constrangimentos particulares, e como o comportamento racional de todos os participantes irá gerar uma sucessão de efeitos perversos que culminam com as revoltas estudantis em locais que, para o leigo ou para o sociólogo funcionalista radical, seriam difíceis de explicar.

Para além da liberdade e autonomia dos actores sociais e dos jogos estratégicos que entre eles se estabelecem, situação na qual a sua análise se pode facilmente comparar à de Crozier e Friedberg (1977), Boudon vai mais longe e considera ainda a questão da aprendizagem dos papéis sociais e a estruturação das situações. A obra *Asilos*, de Goffman, surge como pretexto para Boudon ilustrar as situações nas quais o jogo de interacção se transforma por completo.

O doente mental que é convencido a ir à consulta acompanhado por um parente que surge como aliado, vê-se abandonado, por este, na presença do médico. Na nova situação, o parente passa de aliado a colaborador do médico e, implicitamente, a inimigo do paciente. Assim, as entradas num sistema de interacção funcional podem ser antecipadas, mas nunca há garantias de que tudo corra como imaginámos. Frequentemente existem más informações e as nossas expectativas são completamente goradas. Por outro lado, se alguns sistemas funcionais são reversíveis, outros não o são, ou os custos de saída são demasiadamente elevados. Muitos sistemas de interacção funcional desenham situações armadilhadas das quais é praticamente impossível fugir.

Boudon alerta-nos para o facto de sistema funcional não ser o mesmo que funcionalismo. O funcionalismo, ou melhor, o funcionalismo radical, considera que todos os sistemas de interacção são necessariamente sistemas funcionais: é aí que incide com mais acuidade a crítica de Boudon, que acha que os sistemas funcionais não são mais do que uma parcela da realidade total dos sistemas de interacção. Só existem papéis sociais quando estamos confrontados com uma organização mínima das relações entre actores sociais (Boudon, 1979b: 89). Ou seja, Boudon considera que é importantíssimo prestar atenção à esfera da vida que está fora do âmbito do mundo organizacional ou da vida social mais estruturada. Reduzir toda a vida social a sistemas funcionais equivaleria a considerar a sociedade uma totalidade não só organizada, mas também orgânica.

Por seu lado, os sistemas de interdependência de Boudon não são mais do que os sistemas de interacção onde não há necessidade de fazer referência a papéis sociais para explicar

as acções dos indivíduos (Boudon, 1979b: 96). Para clarificar melhor a sua posição, propõe que se reserve o termo *actor individual* para os sistemas funcionais, e o termo *agente individual* para os sistemas de interdependência. Esta distinção não é arbitrária: Boudon considera que o conceito de actor nos remete para a analogia teatral e claramente para o desempenho de um papel mais ou menos rígido, enquanto o conceito de agente designa um portador individual de acção (Boudon, 1979b: 97). Os sistemas de interdependência geram fenómenos colectivos que não são necessariamente desejados ou esperados pelos protagonistas. Frequentemente, os sistemas de interacção geram efeitos de ampliação, também chamados efeitos de *overshooting*.

Um caso típico de fenómeno de *overshooting*, e simultaneamente de uma profecia auto-realizada, é o caso da previsão da falência de um banco que gera, de imediato, uma corrida às diferentes agências dessa instituição financeira, provocando o pânico e, a menos que haja uma acção decidida, a sua efectiva falência, mesmo que a sua situação original não fosse catastrófica.

O resultado das acções presentes num sistema de interdependência recebe o nome de *efeitos emergentes* ou de *agregação*, isto é, efeitos que não são necessariamente desejados pelos agentes desse sistema (Boudon, 1979b: 98). No entanto, os efeitos emergentes não são apenas fenómenos que surjam no quadro de sistemas de interdependência, eles podem surgir em qualquer sistema de interacção, embora sejam mais típicos naqueles do que nos sistemas funcionais.

Em termos clássicos, a sociologia está cheia de exemplos de efeitos emergentes. É o caso da chamada de atenção feita por Elster para o facto de, em Marx, o conceito de contradicção estar muito perto do de efeito emergente (ou, mesmo, de efeito perverso). A dialéctica senhor/escravo de Hegel seria uma outra variante do mesmo argumento. A lei da baixa tendencial da taxa de lucro em Marx é um outro exemplo de efeito emergente (Boudon, 1979b: 101): aumentando a produtividade e investindo mais e mais, os capitalistas geram um efeito emergente que é contrário aos seus interesses: a baixa tendencial da taxa de lucro.

As teses de Simmel na *Filosofia do Dinheiro* ou de Parsons a respeito da nuclearização da família podem ser consideradas como expressão da tese dos efeitos emergentes. Boudon considera que Parsons explica a nuclearização da família através de um efeito emergente que resulta de um sistema de interdependência criado pela oferta e pela procura de estatutos profissionais nas sociedades industriais.

Tal como os sistemas de interacção se dividem em sistemas funcionais e de interdependência, também estes últimos se subdividem em sistemas de interdependência directa (onde há um relacionamento directo entre os agentes) e indirecta (onde há relação mas não há encontro directo: por exemplo, os capitalistas que contribuem para a baixa tendencial da taxa de lucro).

## A tese dos efeitos perversos

Uma das principais teses de Boudon, e de toda a RCT, é a dos efeitos perversos, tendo o sociólogo francês dedicado uma das suas principais obras (Boudon, 1977) à discussão deste tópico. A obra arranca com uma frase de Popper em que se destaca que a principal tarefa das ciências sociais teóricas é a determinação das repercussões sociais não intencionais das acções humanas intencionais. Boudon afirma que a questão dos efeitos perversos é bem compreendida pelos economistas mas não é tão abordada pelos sociólogos. Seria o caso da inflação, que seria perpetuada por comportamentos de indivíduos que, embora não a desejassem, acabariam por contribuir para a sua continuação, se não mesmo para a sua ampliação. A tese dos efeitos perversos surge sempre com conotações mais ou menos sinistras, parecendo mesmo assumir-se como uma espécie de castigo divino pela soberba humana. Na tentativa de contribuir para o progresso e para a libertação da espécie humana, o que se obtém não é esse traço positivo, mas uma caricatura infernalizada das nossas expectativas.

A concepção dos efeitos perversos pode, evidentemente, ser entendida como mais uma forma de justificação da perpetuação de um estado tido como negativo, em nome de uma hipótese qualquer de que o estado actual piorará se se desenrolar qualquer intervenção. Para os seus detractores, a tese dos efeitos perversos não é uma tese minimamente científica, antes se afirmando como a representação ideologizada de teses conservadoras, se não mesmo reaccionárias. Não se trata, segundo eles, de salientar quais as consequências negativas que podem advir de uma determinada tentativa de mudança social, mas sim de erguer barreiras falsas ou imaginárias a todas as tentativas de melhoria das condições de vida que obriguem a uma alteração do *statu quo* vigente. Mas, como bem demonstrou Hirschman (1991), a tese dos efeitos perversos, se é um facto que se assume como um traço ou um elemento de uma retórica reaccionária, não deixa de ser verdade que tem o seu contraponto lógico no quadro das argumentações tidas como progressistas.

Seguindo uma deriva histórica, Boudon encontra a génese da tese dos efeitos perversos em autores como Mandeville, Smith ou Rousseau. No entanto, esta tradição de estudo dos efeitos perversos, continuada por Marx, é praticamente abandonada pela sociologia clássica e só encontramos exemplos importantes de reflexão sobre esta questão fulcral em autores como Merton, Coser ou Crozier. A referência a Merton e à sua formulação das *self-fulfilling prophecies* é exemplar da dedicação que Boudon presta ao pai do funcionalismo relativizado. Mas o que é que Boudon considera serem efeitos perversos? Pode afirmar-se que ocorreu um efeito deste tipo sempre que «(...) a simples justaposição de acções individuais provocou efeitos colectivos e individuais não necessariamente indesejáveis, mas pelo menos não incluídos nos objectivos específicos dos actores» (Boudon, 1977: 8). Com isto, podemos verificar que, para Boudon, todo e qualquer efeito agregado que seja diferente das intenções dos actores que protagonizam uma dada acção social e por eles não esteja previsto deve ser

considerado efeito perverso. Boudon atribui a perversidade de efeitos mesmo a elementos aos quais atribuiríamos vulgarmente uma conotação positiva.

Nesse sentido, e para sermos mais fiéis aos vários tipos de efeito que podemos encontrar no nosso quotidiano, esboçaríamos uma tipologia, fiel aos preceitos da metodologia individualista, daquilo a que poderemos chamar os efeitos laterais da acção humana. Por efeitos laterais entendemos qualquer efeito não esperado mas não necessariamente não desejado que resulta da agregação de múltiplas acções individuais. Dentro dos efeitos laterais distinguiríamos os efeitos perversos (efeitos não perspectivados e não desejados), efeitos de reforço (efeitos não perspectivados, mas que são favoráveis aos actores sociais envolvidos), e ainda efeitos neutros (efeitos não previstos e que produzem resultados em relação aos quais os actores sociais são relativamente indiferentes). Na medida em que o conceito de efeito perverso que é apresentado por Boudon engloba dimensões positivas e negativas, não é de estranhar que ele afirme que existe uma multiplicidade e uma multidireccionalidade dos efeitos perversos (*ver caixa — A tese dos efeitos perversos e a despenalização da droga*).

### A tese dos efeitos perversos e a despenalização da droga

A exemplificação do que são os efeitos laterais de uma determinada acção humana, a partir da teoria de Boudon, é relativamente fácil. Pense-se, por exemplo, no actual debate muito em voga em tomo da despenalização do consumo e do tráfico de drogas. Todo este problema pode ser analisado a partir de argumentos de efeitos perversos ou de efeitos de reforço, com base em pressupostos estritamente individualistas.

Imagine-se, pensam os despenalizadores, que foi tomada a decisão de não punir nem o comércio nem o consumo de drogas de qualquer tipo. Segundo eles, a consequência seria uma baixa imediata dos preços, fruto de um acréscimo imenso na oferta, não acompanhado por um aumento do mesmo nível na procura. A hipótese básica é de que o actual número de consumidores não subiria muito, especialmente se levarmos em linha de conta que parte importante dos consumidores se inicia muito jovem e numa altura em que o chavão popular que se aplicaria seria o do «fruto proibido é o mais apetecido». Assim sendo, e uma vez que o produto chegaria em muito mais quantidade ao mercado, em resultado do fim da perseguição policial, os preços teriam tendência a descer a pique. Por outro lado, e de um dia para outro, uma série de indivíduos que era considerada perigosa e de comportamento marginal passaria a estar perfeitamente dentro do quadro legal. Este simples facto, cruzado com a baixa de preços, teria algumas consequências de reforço:

Os criminosos que buscam lucros mais elevados abandonariam o sector e dedicar-se-iam a outras actividades marginais mais rendíveis. Parte dos antigos vendedores passaria agora a ter uma actividade não só legítima, como também tributável.

Em termos de segurança, a baixa de preços e a não penalização do consumo levaria a que a pequena criminalidade ligada ao consumo de drogas baixasse consideravelmente, uma vez que a acessibilidade do produto é maior. No mesmo plano, a prostituição como forma de garantir fundos para manter o consumo também seria reduzida.

Ao nível da saúde pública, a legalização teria impactos positivos no controlo sanitário da população toxicodependente e contribuiria para uma maior facilidade de rastreio de determinadas doenças infecto-contagiosas, de onde se destacariam a hepatite B e a SIDA.

Em relação às despesas públicas, elas seriam diminuídas, dada a menor afectação de forças policiais a uma actividade que agora é legal. Estas forças poderiam ser transferidas para outras áreas. Do lado das receitas, a legalização do comércio permitiria ao Estado uma nova fonte de rendimentos.

Assim, e de uma forma agregada, as mudanças provocadas pela despenalização teriam consequências positivas ou de reforço quer em termos de saúde pública, quer em termos de segurança, quer ainda ao nível dos rendimentos do Estado. Acresce a isto um conjunto de consequências positivas mais globais. Os países produtores conseguiriam agora maiores vantagens, uma vez que a regulamentação do comércio internacional possibilitaria que os próprios camponeses tivessem mais a ganhar. As economias desses países teriam mais uma forma de competir no mercado mundial e, quem sabe se a médio prazo não constituiriam um cartel com o mesmo peso e importância que a OPEP durante os anos 70. Por outro lado, os defensores da despenalização não se esquecem de apresentar em seu favor o exemplo histórico da lei seca nos Estados Unidos, cujos resultados foram negativos.

A argumentação em termos de tese de efeitos perversos é simétrica desta, realçando que todas as consequências serão negativas e induzirão outras ainda mais negativas. O que é curioso com estas duas argumentações é que ambas se fundam num pressuposto inicial em torno do qual gravita toda a sua explicação. Se, para os defensores da tese dos efeitos perversos, a baixa de preços vai pressupor um comportamento racional do tipo «é mais barato e legal, já posso comprar», o que por agregação vai resultar numa catástrofe colectiva; para os despenalizadores e defensores das teses dos efeitos de reforço, o elemento básico do modelo é que os actores racionais não vão reagir significativamente à baixa do preço do produto porque o critério de consumo não é o preço, mas a excitação e a sensação de violação de uma regra social. O choque entre estas duas concepções de comportamento racional justifica o porquê da diferença tão profunda entre as conclusões que são tiradas por umas e por outras. No entanto, o grande ensinamento deste debate é que se trata em ambos os casos de justificações individualistas para a explicação de um fenómeno macrossocial, onde os factores institucionais desempenham um papel não negligenciável. A partir tão-simplesmente de um critério de escolha individual, que em ambos os casos é firmemente racional, pode



compreender-se os mecanismos de formação quer de um efeito perverso quer de um efeito de reforço.

A tese dos efeitos perversos tem consequências extremamente importantes ao nível da filosofia e da actividade política. Não é em vão que parte do texto de Boudon é um diálogo com John Rawls. A consideração do carácter endémico dos efeitos perversos garante a necessidade de uma postura bem mais humilde em face dos mitos e das utopias de reforma social ou, mesmo, de revolução. A história dos efeitos perversos é sempre a história de uma vingança divina sobre as tentativas de mudança. O efeito perverso é a nemésis de qualquer projecto mais ou menos conseguido de reforma social, ou de qualquer desejo de programar por inteiro o funcionamento das sociedades. Apetece aqui evocar a célebre frase de Crozier, segundo a qual não se pode mudar a sociedade por decreto. Independentemente da nossa fé na tese dos efeitos perversos e de nos assumirmos como sacerdotes deste novo culto, não deixa de ser verdade que todos os interventores sociais, independentemente dos seus cargos e das suas responsabilidades, deveriam, por uma vez, prestar atenção aos ensinamentos e às reflexões que são proporcionados por estas teses. Essa reflexão permitir-lhes-ia, sem dúvida, evitar profissões de fé descabidas e sinalizar a convicção do cumprimento de sonhos mais ou menos humanos ou mais ou menos mirabolantes (*ver caixa: Os efeitos perversos: Nemésis dos projectos de reforma social*).

### Os efeitos perversos: Nemésis dos projectos de reforma social

A tese dos efeitos perversos pode ser útil para que o político *naïf* perceba que a erradicação das barracas é impossível por várias razões, uma das quais é que a sociedade não muda debaixo da presença de golpes voluntaristas de qualquer actor social mais iluminado. Mas uma segunda razão surge como mais importante. Acredite-se, por um momento, que um determinado governo sob a influência de um espírito benévolo tinha conseguido destruir, de um dia para o outro, todas as barracas de uma determinada cidade e que, no dia seguinte e no seu lugar, surgiam apartamentos em número suficiente para alojar todos os antigos habitantes das zonas degradadas. Na verdade, as barracas tinham desaparecido, mas de imediato o funcionamento corrente da sociedade se encarregaria de construir uma nova conceptualização de barraca, provavelmente mais afastada do limiar de qualidade mínima de habitabilidade, mas, mesmo assim, uma barraca. Não nos esqueçamos de que as categorias dos limiares mínimos de sobrevivência e habitabilidade não são categorias-estaque que permaneçam intocáveis ao longo dos séculos. O que é relevante, a cada momento, é a existência de comparações que são feitas entre actores numa mesma região e num mesmo

tempo. Qualquer comparação que surja como uma inferioridade inaceitável em termos de uma qualquer variável relevante para a vida desses actores sociais, será sempre conceptualizada como um *deficit* que merecerá ora a designação de pobreza, ora de indigência, e as habitações que ocupam, mesmo que possuindo os tais limiares mínimos de habitabilidade, serão definidos como barracas e exigirão novas medidas de intervenção. Não nos esqueçamos do célebre ditame de Thomas: quando uma situação é definida como real, ela é real nas suas consequências.

Quer isto dizer que mais vale nada fazer porque toda a medida política está contaminada por efeitos perversos? Essa é, bem entendido, uma das leituras possíveis da tese dos efeitos perversos. Mas não há que ser forçosamente cínico, a tese dos efeitos perversos não obriga a que contemplemos o infortúnio sem nada fazer, ela obriga sim a evitar que os desejos sejam vistos como uma realidade, e as aspirações, como uma forma de regulação das actividades sociais. A tese dos efeitos perversos indica tão-simplesmente que, sempre que se actua numa determinada área, se provocarão efeitos que não esperamos de momento e que, muito provavelmente, nem sequer são desejados por muitos dos que irão ser afectados pela decisão.

### A retórica do individualismo Boudoniano

Em *A Ideologia*, Boudon procura responder a uma pergunta que, desde há muito, o assaltava e de que ele revela a fonte inspiradora (uma conversa tida com Raymond Aron): será o IM capaz de explicar as crenças colectivas? Pode, assim, dizer-se que em algumas das obras mais recentes (1986a, 1990), Boudon tenta alargar os pressupostos da análise individualista a uma área que constituiria uma prova de fogo para este tipo de modelos, isto é, o terreno das ideologias, das crenças colectivas e das argumentações constitutivas de um terreno vulgarmente designado por sociologia do conhecimento. Uma sólida argumentação individualista no campo da sociologia do conhecimento significaria, pois, que o IM estaria em condições de alargar a sua zona de influência a todos os campos da investigação sociológica e, nesse sentido, permitiria estabelecer esta nova reflexão epistemológica como um dos mais sólidos activos do património das ciências sociais. Provando que as ideologias e as crenças podem ser explicadas a partir de modelizações individualistas, Boudon poderia reivindicar que as críticas formuladas ao modelo são, na maioria dos casos, completamente irrelevantes.

Ao abalançar-se a estudar as grandes questões da sociologia do conhecimento, Boudon está, na verdade, a colocar mais achas para a fogueira dos debates entre individualistas e holistas. Não nos esqueçamos de que as crenças colectivas e as ideologias poderiam ser consideradas um último bastião à entrada das explicações individualistas. De alguma forma, a

aplicação de métodos individualistas a esta zona particular da investigação sociológica surge mesmo ao olhar do leitor menos avisado como contra-intuitiva. Na verdade parece, pelo menos, desajustado tentar explicar uma crença, uma religião ou uma ideologia, que são fenómenos tidos como colectivos, a partir de formulações que garantem que estes fenómenos resultam de milhares de acções individuais agregadas e que derivam, em última análise, de cálculos racionais e de motivações particulares. Justificar individualisticamente uma ideologia valeria por justificar qualquer fenómeno social a partir de um modelo de agregação ou de efeitos perversos. Mesmo as crenças mais absurdas podem ser derivadas de cálculos racionais e daquilo a que Boudon chama as boas razões. Mais do que uma racionalidade calculadora, Boudon chama a atenção para as lógicas sociais que estabelecem um contexto de cálculo que limita a actuação dos agentes estratégicos e que lhes impõe um determinado procedimento. Esta limitação, ao contrário do que possa parecer, não significa qualquer travão aos desideratos individualistas, antes sendo uma condição *sine qua non* para a sua realização.

Boudon, com base nas formulações contra-intuitivas que tanto aprecia, explica como temos demasiada tendência para explicar crenças e comportamentos colectivos com base em justificações simplistas como a resistência à mudança ou um determinado atavismo. Em boa verdade, afirma Boudon, esta tendência está tão presente no sociólogo profissional como no sociólogo profano. É preciso ultrapassar o simplismo destes modelos redutores e explicar os fenómenos colectivos pelas boas razões. É a partir desta formulação que Boudon apresenta o insucesso das campanhas de planeamento familiar na Índia. Este exemplo mistura habilmente uma reflexão sobre a mudança e os efeitos perversos com uma consideração sobre a racionalidade ou a irracionalidade dos comportamentos dos actores sociais.

A história explica-se sucintamente. Durante os anos 60, desenvolve-se uma campanha de planeamento familiar na Índia que passa pela distribuição de pílulas anticoncepcionais às famílias de determinadas aldeias; em seguida, comparam-se os resultados com os de aldeias onde as campanhas não tinham lugar. Os resultados são curiosos: a taxa de natalidade desce de uma forma semelhante nos dois casos, o que implicava que essa baixa não se ficaria a dever à presença da campanha. Fiéis às concepções clássicas, os investigadores irão entreter-se a justificar o insucesso da campanha a partir de formulações de tradicionalismo, de comportamentos de desconfiança relativa às inovações e de constrangimentos colectivos. Baseando-se nesta interpretação, a campanha segue em frente com uma alteração que se supõe definitiva: integrar técnicos indianos nos serviços de distribuição de anticoncepcionais. A justificação é linear; o não aderir à campanha poderia dever-se ao simples facto de as populações locais não confiarem nos brancos que lhes forneciam as pílulas.

Aparentemente, esta segunda fase é bem sucedida, e a aceitação das pílulas sobe para 90% da população envolvida na experiência. No entanto, assim que os investigadores abandonam o local, as pílulas são abandonadas e tudo fica na mesma. Como justificar, então, este

comportamento? Recorrer aos modelos nossos conhecidos da irracionalidade dos comportamentos sociais, ou partir ao encontro das boas razões que levam um agregado populacional a comportar-se de uma maneira e não de outra? Esta segunda opção é a que Boudon vai privilegiar e que se sintetiza numa expressão elementar: bastaria ter ouvido as populações para perceber o porquê do seu desejo de ter muitos filhos. A expressão correcta para avaliar a situação é esta: no contexto do camponês indiano, um par de braços suplementares é menos custoso do que uma boca a alimentar e que é preciso sustentar. Se acrescentarmos a isto as elevadas taxas de mortalidade que se mantêm nesta parte do mundo, está desenhada uma situação pela qual o único comportamento verdadeiramente racional é a geração de mais e mais filhos que garantam que as possibilidades de sobrevivência sejam maiores e que a família subsista em melhores condições.

Dissemos inicialmente que este exemplo de Boudon é paradigmático e se assume como pedra angular do seu raciocínio, uma vez que engloba em si uma série de argumentações típicas do sociólogo francês. Por um lado, temos a redução ao absurdo das teses irracionistas (ou, pelo menos, não racionais) do comportamento humano; em segundo lugar, o profundo desdém pela sociologia espontânea do nosso quotidiano, sempre pronta para explicações triviais e irrelevantes (no que se aproxima de uma sociologia bem pensante de muitos académicos); em terceiro lugar, a desmontagem simples das situações, fazendo aparecer, como por artes mágicas, todo o raciocínio subjacente à situação vivida por um determinado grupo social; e, por último, a defesa de que a racionalidade individual e a lógica da acção individual não são idênticos a racionalidades e lógicas da acção colectiva. Em alguns casos, como sabemos, a agregação de comportamentos racionais individuais degenera numa caricatura, numa perfeita irracionalidade ao nível colectivo e no surgimento de múltiplos efeitos perversos.

Este exemplo ilustra bem as duas proposições que adiantei: muito frequentemente, explicar um fenómeno social é mostrar que ele é o produto de comportamentos compreensíveis e, nesse sentido, racionais. Mas, por outro lado, a explicação *espontânea* do fenómeno faz frequentemente apelo a uma visão irracional do comportamento. Desse ponto de vista, os especialistas das ciências sociais não parecem mais bem protegidos do que os profanos (Boudon, 1986a: 13).

É com as suas obras mais recentes que Boudon opta decididamente por entrar no terreno do debate epistemológico. Se, nos seus primeiros textos manifestamente individualistas, Boudon se preocupava fundamentalmente com a explicação, por métodos simples derivados das formulações individualistas, de alguns dos fenómenos sociais mais conhecidos, agora é a vez de defender a retórica individualista num outro terreno: o da validade epistemológica e científica. Por outro lado, há uma profunda ironia na sociologia boudoniana dos últimos escritos; quase como resposta aos que acusam os individualistas de um certo enviesamento

pró-ocidental e de conotações de direita. Ainda que de uma forma pouco clara, e recorrendo a subterfúgios, Boudon não deixa de demonstrar que são os críticos do IM que surgem como etnocentristas e plenos de preconceitos em relação às populações estudadas — pois não são eles que negam a racionalidade dos comportamentos dessas populações indianas de camponeses? Não são eles que defendem que as práticas arcaicas que caracterizam as populações do Punjab se ficam a dever ao tradicionalismo ou à superstição?

Deste modo, Boudon coloca-se numa posição que facilita a sua resposta aos críticos. O IM não possui qualquer enviesamento, uma vez que aceita que qualquer grupo social, independentemente do seu grau de desenvolvimento material e tecnológico, social ou político, institucional ou cultural, possa ser tratado a partir do mesmo elemento metodológico de base: a racionalidade dos actores envolvidos nos processos sociais. A recusa da concessão da racionalidade como base lógica do comportamento social a determinados grupos é que seria, obviamente, uma intolerável manifestação do mais puro enviesamento etnocentrista. Longe de ser uma teoria distorcida por pressupostos político-ideológicos, o IM é, pelo contrário, a que mais se aproxima do objectivo weberiano da neutralidade axiológica, na medida em que aceita que o primado da racionalidade seja empregado como medida para todas as situações, independentemente do espaço e do tempo. Uma sociedade individualista ou uma organização comunitária podem ser estudadas, sem receio, partindo dos preceitos individualistas, o mesmo se passando com sociedades arcaicas e modernas ou com a sociedade da Inglaterra do século XIV e a sociedade norte-americana dos finais do século XX.

A retórica individualista afirma-se, pois, como totalmente coerente, uma vez que a sua unidade e o seu fechamento epistemológico dão conta e respeitam a pluralidade de situações com que se deparam. Intolerável seria a plasticidade metodológica que obrigasse a que métodos holistas fossem usados para explicar organizações tradicionais e que métodos individualistas servissem para a abordagem das sociedades modernas. Ao contrário de muitos autores responsáveis que parecem confundir individualismo metodológico com individualismo social ou ético (o que seria o caso de Louis Dumont), Boudon demonstra sempre a preocupação de distinguir com clareza os dois mundos. As críticas de Boudon dirigem-se claramente à maioria dos sociólogos, que ele subtilmente afirma não dominar determinada linguagem conceptual (que é hoje património de economistas, filósofos e matemáticos). Ou seja, para Boudon, parte da actual comunidade sociológica é parcialmente analfabeta e está completamente dominada pelos seus preconceitos educados que a levam a não reconhecer tudo o que seja contra-intuitivo e não directamente analisável pelo quadro teórico que os formou: trata-se de um caso de incompetência educada.

Da *Ideologia* para a obra subsequente, Boudon (1990) passa da indagação sobre as ideias falsas ou duvidosas para as ideias falsas, duvidosas e frágeis. Por outro lado, se a *Ideologia* se debruça sobre as razões de enquadramento que nos levam a acreditar nessas ideias, na *Arte de se Persuadir* Boudon fecha o ciclo, apresentando as razões de argumentação e de retórica

que nos levam a persuadir-nos. A tónica centra-se agora na própria capacidade do sujeito cognoscente para se dotar de boas razões para acreditar no que acredita. Esta *nuance* de raciocínio corresponde também a uma translação nos autores de referência de Boudon. Se as suas primeiras obras demonstram um fascínio paretiano-weberiano, a última assinala uma deriva simmeliana compatível com a riqueza da obra deste sociólogo, com todas as suas sugestões que disparam influências pregnantes para praticamente todas as áreas da investigação sociológica. Curiosamente, com esta última obra, Boudon, consciente ou inconscientemente, continua o seu lento trabalho de desconstrução da sociologia do virar do século, a partir de estímulos e de *insights* derivados dos principais autores dessa mesma geração de sociólogos.

Não deixa de ser notável que Boudon, para utilizar uma frase de sabedoria popular, combata o fogo com o fogo, utilizando a sua leitura parcial e legitimante dos clássicos não só para fundar a sua posição, mas também para inverter os pressupostos básicos da constituição da sociologia como disciplina. Se a obra de Boudon até à *Arte de se Persuadir* caminhava na direcção do estabelecimento de novos e profícuos laços com a economia, aceitando uma certa linguagem que era património disciplinar do economista e correndo mesmo o risco de marchar em passos de ganso na direcção do *homo oeconomicus* e da subjugação àquilo a que se convencionou chamar, na esteira de Gary Becker, o imperialismo económico, a partir desta última, Boudon comete o que, para o olhar dos sociólogos de tradição durkheimiana, se pode considerar um pecado mortal: o avanço decidido para os braços da psicologia cognitiva, para aí encontrar parte das boas razões para que acreditemos em ideias falsas, duvidosas ou frágeis. Não que Boudon tenha, de uma forma complacente, baixado os braços e aceitado o primado da modelização dos seus vizinhos de montante e de jusante. Não!

O que na verdade é feito (ou pretendido) por Boudon é uma grande operação de regressão temporal. O segundo fôlego da sua obra significa, num primeiro momento, o retorno a um projecto de integração de toda a ciência social com base em poucos princípios lógicos e metodológicos. Mas com a *Arte de se Persuadir*, Boudon inicia um outro passo: a reintegração da ciência social na filosofia. Podemos, pois, dizer que o projecto da sociologia individualista de Boudon caminha largamente para a destruição da sociologia enquanto disciplina e pela sua inclusão na filosofia. Teríamos, assim, todo um caminho percorrido, em que se assistiria ao nascimento, evolução, apogeu, declínio e morte de uma ciência do social que nunca deixou de estar conotada com os altos e baixos de um modelo social particular: a sociedade ocidental.

### **Michael Hechter e a teoria da solidariedade de grupo**

O trabalho do norte-americano Michael Hechter centra-se num dos tópicos que, desde sempre, mais interessaram os sociólogos: a solidariedade e, com ela, o problema da ordem e do